

## GRUPO I – CLASSE I – Plenário

TC 000.157/2024-4

Natureza: I – Pedido de reexame (Representação)

Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras contra as Secas

Responsável: Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda. (11.260.925/0002-79).

Representação legal: Giovani Trindade Castanheira Menicucci (27340/OAB-DF), André Macedo de Oliveira (15014/OAB-DF) e outros, representando Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda.; Adao Jose Fernandes Junior (178303/OAB-MG) e Romulo Greficce Miguel Martins (180285/OAB-MG), representando XCMG Brasil Industria Ltda.

SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO SRP 14/2023 (DNOCS). APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO FALSA PARA COMPROVAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA. ACÓRDÃO 1.370/2025-TCU-PLENÁRIO. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE POR UM ANO. PEDIDO DE REEXAME. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE CONDUTA FRAUDULENTA E DE DESPROPORCIONALIDADE DA SANÇÃO. RAZÕES RECURSAIS INSUFICIENTES PARA REFORMA DO JULGADO. NÃO PROVIMENTO.

## RELATÓRIO

Adoto como relatório a instrução constante da peça 120, que contou com a anuência do corpo diretivo da Unidade de Auditoria Especializada em Recursos (peças 121 e 122):

**“INTRODUÇÃO**

1. Trata-se de pedido de reexame interposto por Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda. (peça 103) contra o Acórdão 1370/2025-TCU-Plenário (peça 91, Rel. Min. Walton Alencar Rodrigues).

1.1. A deliberação recorrida apresenta o seguinte teor:

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. rejeitar a defesa da empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda;

9.3. declarar a inidoneidade da empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda., para licitar, pelo prazo de 1 (um) ano, com a Administração Pública Federal, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992;

9.4. informar o teor desta deliberação ao responsável e demais interessados; e

9.5. arquivar os presentes autos.

**HISTÓRICO**

2. Trata-se de representação formulada pela XCMG Brasil Indústria Ltda. acerca de possível fraude em licitação praticada pela empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda., por meio da apresentação de declaração falsa na comprovação de

qualificação técnica no Pregão Eletrônico SRP 14/2023, realizado pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), que visava a aquisição de retroescavadeiras hidráulicas, sob o valor estimado de R\$ 65.307.960,00.

2.1. Para a comprovação da qualificação técnica necessária para a execução do objeto, o edital exigiu, no item 17.3.1.2, a apresentação do seguinte documento: "declaração ou apresentação da rede de assistência técnica autorizada, que os fabricantes dos bens fornecidos possuem assistência técnica na área de atuação do Dnocs, sendo eles: Ceará, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí, Bahia, Sergipe e Minas Gerais" (peça 5, p. 43).

2.2. A empresa Liugong apresentou declaração de que possuía assistência técnica prestada pelas seguintes empresas (peça 7): Cequip Importação e Companhia Ltda. (Ceará); STA Caminhões Veículos e Serviços Ltda. (Paraíba); Comércio de Peças Pesadas e Serviços Ltda. (Pernambuco); STA Caminhões RN Veículos e Serviços Ltda. (Rio Grande do Norte); STA Motors Veículos e Serviços Ltda. (Alagoas); Lokcenter Locações e Comércio de Equipamentos para Construção Ltda. (Piauí); Nordeste Comercial de Implementos Rodoviários Ltda. (Bahia); Ailton Veículos Ltda. (Sergipe); Tractorbel Equipamentos Ltda. (Minas Gerais).

2.3. Interposto recurso administrativo questionando a veracidade das informações declaradas pela licitante (peças 12-13), o Dnocs, em 23/10/2023, emitiu despacho informando a realização de visita técnica em quatro locais apontados pela Liugong como assistência técnica, a ser realizada de 25 a 27 de outubro daquele ano, nos estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba (peça 15).

2.4. Em 25/10/2023, o analista técnico visitou pessoalmente a empresa Ailton Veículos Ltda., oportunidade em que identificou que a referida empresa e a Oficina Pontual, que possui o mesmo proprietário, não são assistência técnica autorizada da Liugong. Em seguida, entrou em contato telefônico com representante da empresa STA Motors, o qual lhe informou que a empresa Liugong estava sendo contactada porque eles (STA Motors) não eram rede de assistência técnica autorizada dessa marca (peça 16, p. 4).

2.5. Ato contínuo, na tarde daquele mesmo dia, a empresa Liugong requereu a desistência de participação no certame, sob o argumento de que necessitaria reestruturar a rede de assistência técnica na região de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba (peças 16, p. 4, e 17).

2.6. Ao tomar ciência da comunicação, o analista decidiu não mais dar continuidade à diligência programada em razão do reconhecimento da Liugong de que não havia mais assistência técnica da marca nos Estados de Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba (peça 16, p. 4).

2.7. No âmbito desta Corte de Contas, determinou-se a audiência da empresa Liugong para que apresentasse justificativas sobre a apresentação de documento com indícios de conteúdo falso e sobre as diligências do Dnocs (peça 24).

2.8. As razões de justificativa foram rejeitadas pelo Tribunal (peças 35-36), que julgou a representação procedente, bem como declarou a inidoneidade da empresa para licitar com a Administração Pública Federal por cinco anos, segundo o Acórdão 1.997/2024-TCU-Plenário, rel. Min. Walton Alencar Rodrigues (peça 45).

2.9. Em sede de pedido de reexame, o Acórdão 1.997/2024-TCU-Plenário foi declarado nulo por meio do Acórdão 1.076/2025-TCU-Plenário, rel. Min. Jhonatan de Jesus, ocasião em que os autos retornaram ao gabinete do relator *a quo* para prolação de nova decisão, autorizando-se à parte exercer o direito de defesa oral antes do julgamento do processo (peças 82 e 90).

2.10. Assim, proferiu-se o Acórdão 1.370/2025-TCU-Plenário, mediante o qual o Tribunal julgou a representação procedente, bem como declarou a inidoneidade da empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda. para licitar com a Administração Pública Federal por um ano (peça 91).

2.11. Neste momento, a recorrente insurge-se contra a deliberação previamente descrita.

## ADMISSIBILIDADE

3. Reitera-se a proposta de conhecimento do recurso, suspendendo-se os efeitos dos itens 9.1, 9.2 e 9.3. do Acórdão 1.370/2025-TCU-Plenário, nos termos do exame de admissibilidade de peça 108 e do despacho de peça 110.

### **EXAME DE MÉRITO**

#### **4. Delimitação**

4.1. O presente exame contempla as seguintes questões:

- a) se houve prescrição para o exercício da pretensão punitiva;
- b) se a conduta da recorrente configura fraude;
- c) se a sanção de inidoneidade aplicada é desproporcional.

#### **5. Da prescrição**

5.1. Embora a recorrente não tenha alegado a prescrição para o exercício da pretensão punitiva, por se tratar de matéria de ordem pública, o exame da questão se impõe, consoante disposto no art. 10 da Resolução TCU 344/2022.

##### Análise:

5.2. É prescritível o exercício das pretensões punitiva e ressarcitória do TCU, nos termos dos arts. 37, § 5º, da Constituição Federal e 1º da Lei 9.873/1999, regulamentada, no âmbito do TCU, pela Resolução TCU 344/2022.

5.3. O exame da prescrição será realizado com base na Resolução TCU 344/2022, que regulamenta a Lei 9.873/1999 quanto a essa matéria (art. 1º da Resolução TCU 344/2022).

5.4. Conforme dispõe o art. 2º da Resolução TCU 344/2022, a prescrição para o exercício das pretensões punitiva e ressarcitória do TCU ocorre após cinco anos do marco inicial, estabelecido nos termos do art. 4º da citada norma.

5.5. Segundo o art. 8º da referida resolução, incide, também, a prescrição intercorrente se o processo ficar paralisado por mais de três anos, pendente de julgamento ou despacho, cujo termo inicial será o primeiro marco interruptivo da prescrição principal (Acórdão 534/2023-TCU-Plenário, Relator Ministro Benjamin Zymler).

5.6. De acordo com os elementos constantes dos autos, o marco inicial ocorreu em **10/1/2024** (peça 1), com o protocolo da representação nesta Corte, nos termos do art. 4º, inc. III, da Resolução TCU 344/2022.

5.7. No caso, a prescrição para o exercício da pretensão punitiva foi interrompida, entre outras datas, em **25/6/2025**, com o acórdão condenatório, nos termos do inc. IV, art. 5º da Resolução 344/2022 (peça 91).

5.8. Portanto, tendo em vista o disposto nos arts. 2º e 8º da Resolução-TCU 344/2022, observa-se que não ocorreu a prescrição principal, tampouco a intercorrente, uma vez que não houve transcurso temporal superior a cinco anos, entre o marco inicial e a primeira causa interruptiva, muito menos paralisação do processo por mais de três anos.

#### **6. Da fraude**

6.1. A recorrente Liugong defende que não há que se falar em conduta fraudulenta, em razão da sua boa-fé, bem como da veracidade e suficiência das informações constantes da declaração apresentada no âmbito do Pregão Eletrônico nº 14/2023, merecendo ser afastada a sanção de inidoneidade aplicada. Em síntese, alega que:

a) preliminarmente, a empresa XCMG Brasil Indústria Ltda. teria adotado conduta anticompetitiva ao interpor recurso administrativo, apresentar denúncia a esta Corte de Contas e adotar iniciativas semelhantes em outros procedimentos, com o objetivo de afastar concorrentes e assegurar sua prevalência em contratações públicas (peça 103, p. 3-5);

b) a interpretação do acórdão recorrido sobre a exigência de contratos formalizados previamente seria excessivamente restritiva à competitividade do certame, não condizente com a literalidade editalícia, e contrária à Súmula TCU 272, que veda "(...) a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato" (peça 103, p. 5-6);

c) a exigência de comprovação da rede de assistência técnica deveria ser verificada apenas na fase de contratação, conforme entendimentos exarados nos Acórdãos 1842/2018 – Plenário, Rel. Min. Augusto Sherman, e 529/2018 – Plenário, Rel. Min. Bruno Dantas (peça 103, p. 6);

d) a assistência técnica seria uma condição acessória e de pós-venda, não se configurando como um requisito intrínseco ou indispensável à capacidade da recorrente de fornecer o bem no momento da habilitação (peça 103, p. 7);

e) não há elementos que demonstrem que a declaração apresentada seria falsa, não havendo que se falar em conduta fraudulenta. A declaração acerca da rede de assistência técnica teve por base as tratativas negociais entre a Liugong e a STA Motors, devidamente documentadas. Após a conclusão dessas tratativas, a STA Motors, por razões alheias à Liugong, desistiu de forma imotivada da celebração do contrato, não honrando com o que havia sido negociado (peça 103, p. 7-10);

f) a desistência apresentada pela Liugong representaria ato de boa-fé perante o processo licitatório, em razão de fato superveniente praticado por terceiro (STA), cuja responsabilidade e intencionalidade não poderiam ser imputadas à Liugong. Nesse sentido, o art. 43, § 6º, da Lei 8.666/1993 (vigente à época e aplicada subsidiariamente ao processo licitatório em questão, nos termos do Edital), permite a desistência da proposta, após a habilitação da vencedora, se por motivo "justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão" (peça 103, p. 14-16);

g) não haveria o elemento da culpa na conduta praticada pela recorrente, que, ao observar que no curso da licitação não seria possível cumprir a tempo e modo com as exigências editalícias, voluntariamente desistiu do processo com o único propósito de evitar qualquer transtorno ao regular curso daquele procedimento. Cita o Acórdão 1466/2024 – Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler, no qual a representação teria sido julgada improcedente pela aplicação, por analogia, da desistência voluntária e do arrependimento eficaz do direito criminal àquele caso (peça 103, p. 11);

h) o plano de negócios em desenvolvimento com a empresa STA comprovaria que a recorrente atuava de forma proativa para estruturar-se e atender às exigências editalícias, afastando qualquer presunção de intenção deliberada de fraudar o certame. Havendo dúvida razoável quanto à existência de dolo específico por parte da recorrente, impor-se-ia a aplicação do princípio do *in dubio pro reo* e a absolvição da recorrente (peça 103, p. 11-12);

i) a comprovação da assistência técnica já na fase de habilitação não teria sido aplicada às demais licitantes, o que configuraria ofensa ao princípio da isonomia (peça 103, p. 13-14).

#### Análise:

6.2. Inicialmente, no que se refere à preliminar de conduta anticompetitiva por parte da representante, tal alegação não impede o prosseguimento deste processo de representação. O TCU atua com base no princípio do impulso oficial e no interesse público, sendo irrelevante a motivação da denúncia para a análise da regularidade do certame.

6.3. No que toca à qualificação técnica, o Termo de Referência do edital requeria a comprovação de que os licitantes demonstrassem aptidão para o fornecimento dos bens, bem como apresentassem declaração ou atestado de que os fabricantes dos mencionados bens possuíam assistência técnica na área de atuação do Dnocs, conforme os seguintes dispositivos (peça 5, p. 42-43):

17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

17.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

(...)

17.3.1.2. A licitante deverá comprovar, por meio de declaração ou apresentação da rede de assistência técnica autorizada, que os fabricantes dos bens fornecidos possuem assistência técnica na área de atuação do DNOCS, sendo eles: Ceará, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Piauí, Bahia, Sergipe e Minas Gerais.

6.4. Segundo os subitens 4.2.2 e 4.4 do certame, não poderiam participar da licitação os interessados que não atendessem às condições previstas no edital e em seus anexos, sendo que a declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitaria o licitante às sanções previstas em lei e no edital (peça 5, p. 4-5):

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

(...)

4.2.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

(...)

4.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às **sanções previstas em lei e neste Edital**.

6.5. Da leitura dos itens colacionados, conclui-se que a capacidade de fornecer bens que possuíssem assistência técnica na área de atuação do Dnocs, no caso, as retroescavadeiras hidráulicas, era condição essencial para a habilitação no quesito qualificação técnica da licitante. A alegação de que a assistência técnica seria uma condição acessória e de pós-venda não encontra respaldo no edital, que claramente a incluiu como critério de habilitação técnica.

6.6. Nesse sentido, alegações de tratativas em andamento, planos de negócios ainda não formalizados ou acordos pendentes de assinatura não supririam a exigência editalícia de comprovação da qualificação técnica constituída, sendo inadmissível a aceitação de intenções ou expectativas não formalizadas, conforme apontado pelo relator da decisão recorrida (peça 92, p. 2).

6.7. A Liugong alega que exigir rede de assistência técnica efetivamente contratada pelas licitantes resultaria em ilegal restrição à competitividade do certame, por violar a Súmula TCU 272, e que tal exigência deveria ser verificada quando da assinatura do contrato, segundo entendimento dos Acórdãos 1842/2018 - Plenário, rel. Min. Augusto Sherman, e 529/2018 – Plenário, rel. Min. Bruno Dantas.

6.8. Contudo, essa interpretação não se aplica ao caso em análise, pois o edital exigia a comprovação da rede de assistência técnica como critério de habilitação técnica, e não como condição a ser cumprida no momento da assinatura do contrato.

6.9. Além disso, a exigência visava garantir a manutenção dos equipamentos adquiridos, evitando prejuízos ao Dnocs e assegurando a adequada execução do contrato.

6.10. Nesse ponto, destaque-se o comentário no voto do relator de que a implementação de rede de assistência técnica, com o treinamento de pessoal e fornecimento contínuo de peças de reparo, em curto espaço de tempo e em abrangente espaço territorial, não seria uma ação que pudesse ser rapidamente executada, motivo pelo qual se avizinhava risco concreto de aquisição de retroescavadeiras que estariam paradas nos pátios do Dnocs, por impossibilidade de manutenção do maquinário, sob o elevado valor de mais de R\$ 60 milhões (peça 92, p. 2).

6.11. Cabe mencionar que os citados Acórdãos 1842/2018 - Plenário, rel. Min. Augusto Sherman, e 529/2018 – Plenário, rel. Min. Bruno Dantas, abordaram, respectivamente, sobre a aferição da disponibilidade de rede de credenciamento e do vínculo de emprego do profissional



certificado durante a assinatura do contrato, questões diversas à declaração de existência de rede de assistência técnica para o bem licitado.

6.12. Não merecem prosperar os argumentos de que estariam ausentes elementos demonstrando que a declaração apresentada seria falsa, existiriam dúvidas quanto ao elemento volitivo doloso e restaria demonstrada a boa-fé da recorrente por meio da desistência. Segundo a jurisprudência deste Tribunal, a apresentação de atestado com conteúdo falso configura, por si só, prática de fraude à licitação e enseja declaração de inidoneidade da empresa fraudadora para participar de licitação na Administração Pública Federal, uma vez que o tipo administrativo previsto no art. 46 da Lei 8.443/1992 consiste em ilícito formal ou de mera conduta, sem a necessidade de concretização do resultado (Acórdão 233/2021-Plenário, rel. Min. Raimundo Carreiro).

6.13. Logo, em sentido análogo, a inclusão de informações falsas na declaração apresentada no certame é suficiente para caracterizar fraude, por comprometer a regularidade do processo licitatório e violar os princípios da legalidade, moralidade e isonomia.

6.14. No caso em análise, a recorrente incluiu na declaração de assistência técnica empresas que, conforme apurado, não possuíam vínculo para prestar os serviços exigidos pelo edital. A própria recorrente admitiu que a STA Motors estava em fase de negociação e não havia formalizado parceria para a prestação de assistência técnica. Essa admissão, por si só, evidencia que a recorrente tinha ciência de que não atendia plenamente às exigências editalícias no momento da habilitação.

6.15. Quanto ao dolo, a inclusão da STA Motors na declaração, mesmo sabendo que a empresa não havia formalizado parceria para a prestação de assistência técnica, configura intenção deliberada de induzir a Administração Pública a erro. A recorrente tinha ciência da situação da STA Motors, mas optou por incluí-la na declaração, com o fim de atender ao requisito de possuir produto com assistência técnica no Estado de Alagoas e permanecer no certame.

6.16. A alegação de boa-fé é contradita pela conduta da recorrente ao longo do certame. Em 5/9/2023, data em que apresentou a relação de assistência técnica, a Liugong prestou declaração de estar ciente e concordar com as condições do edital e anexos, bem como de cumprir “plenamente os requisitos de habilitação definidos no edital” (peça 6).

6.17. Posteriormente, em suas contrarrazões ao recurso administrativo apresentado no certame, a recorrente reafirmou que atendia às exigências editalícias e que sua documentação era idônea (peça 14). Essas manifestações demonstram que a recorrente buscou sustentar a veracidade da declaração apresentada, mesmo sabendo que não possuía vínculo com a STA Motors.

6.18. Depois, a desistência da empresa se deu durante as diligências do Dnocs, quando o analista já havia identificado que as empresas Ailton Veículos Ltda. e STA Motors não prestavam a assistência técnica declarada. Tal conduta não se compara à desistência voluntária ou ao arrependimento eficaz do direito penal, tampouco demonstra que ela ocorreu por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão, pois foi influenciada pela mencionada diligência, que eventualmente daria ensejo à iminente inabilitação da Liugong. Ademais, não há elementos comprobatórios de que a desistência foi motivada por intenção de corrigir a irregularidade de forma espontânea.

6.19. Quanto à alegação de que a exigência de assistência técnica teria violado o princípio da isonomia, não há nos autos elementos que comprovem que as demais empresas apresentaram declarações falsas ou que tenham sido beneficiadas por interpretação distinta das disposições editalícias. No caso da Liugong, a efetiva verificação, pelo Dnocs, da existência da assistência técnica por ela declarada foi provocada durante a fase recursal, quando a veracidade de tal declaração foi colocada em dúvida ante os argumentos apresentados no recurso da concorrente XCMG (peça 9, p. 5-6, e peças 12-13 e 15). Portanto, estender tal aferição às demais participantes naquele momento não seria eficiente nem célere por parte da administração pública.

6.20. Ante todo o exposto, restou comprovado que duas das empresas declaradas não prestavam assistência técnica para os produtos da Liugong e que a recorrente estava ciente de que não atendia à exigência editalícia.

6.21. Logo, conclui-se pela rejeição dos argumentos apresentados.

## 7. Da proporcionalidade da sanção

7.1. A empresa Liugong considera que a sanção de inidoneidade por um ano é desproporcional e pede que o prazo seja reduzido ao mínimo legal sob pena de ofensa aos princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade, extraídos do instituto do devido processo legal.

7.2. Argumenta que não houve qualquer dano ao erário, pois, tão logo recebeu a informação de que não seria possível a manutenção de relação negocial junto a uma de suas parceiras, informou sua desistência do Pregão (peça 17).

7.3. No caso do Acórdão 1.155/2022 – Plenário, no qual alega haver conduta fraudulenta mais grave que a dos presentes autos (apresentação de atestado de capacidade técnica falso), a sanção de inidoneidade aplicada à licitante foi reduzida para 3 meses, especialmente por ser empresa não reincidente.

7.4. Alega que a aplicação da sanção de inidoneidade pelo prazo de um ano poderá resultar na exclusão de um dos poucos fabricantes de equipamentos pesados com atuação efetiva em licitações públicas. Essa medida comprometeria a diversidade de ofertantes qualificados e prejudicaria a eficiência das contratações públicas.

7.5. Observa que a maioria dos licitantes participantes do pregão eram revendedores e conclui que a exclusão da Liugong, nesse contexto de limitada presença de fabricantes, reduziria de forma sensível a margem de escolha da Administração e enfraqueceria a dinâmica competitiva dos certames futuros.

### Análise:

7.6. O art. 46 da Lei 8.443/1992, Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União, dispõe que “Verificada a ocorrência de fraude comprovada à licitação, o Tribunal declarará a inidoneidade do licitante fraudador para participar, por até cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal”.

7.7. Nos termos do dispositivo citado, a imposição da sanção de inidoneidade prescinde da comprovação de dano efetivo ao erário. Afinal, conforme mencionado no item anterior, a fraude mediante apresentação de documento com conteúdo falso consiste em ilícito formal ou de mera conduta, sem a necessidade de concretização do resultado.

7.8. Nessa linha, o ato de apresentar a declaração contendo informação inverídica sobre a assistência técnica do produto é o bastante para a configuração do ilícito.

7.9. Quanto à desistência do certame, observa-se que esse fato foi considerado pelo relator na dosimetria da sanção aplicada, conforme o seguinte trecho do voto condutor (peça 92, p. 3):

A tentativa de indução da Administração ao erro, em certame de alta materialidade e com potencial impacto operacional e orçamentário significativo, justifica a imposição da sanção de declaração de inidoneidade ao licitante fraudador, como medida de proteção ao interesse público e ao regime de contratação administrativa.

A despeito da gravidade dos fatos, pondero que a penalidade deve ser dosada de forma proporcional, à luz do art. 22, § 2º, da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (Lindb), que impõe ao julgador considerar a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a Administração Pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.

No caso concreto, embora caracterizada a fraude, observa-se que a empresa, após o início das diligências, optou por desistir de sua participação no certame, o que contribuiu para mitigar os efeitos negativos da conduta sobre o processo licitatório. Ademais, demonstrou-se que, embora

não tenha sido concretizado, havia um plano de negócios em desenvolvimento junto à STA, em momento anterior à realização do pregão, com expectativa de assinatura do contrato de assistência técnica.

Com essas considerações, conheço da representação, julgo-a procedente e declaro a inidoneidade da empresa Liugong Latin America Máquinas para Construção Pesada Ltda., para licitar, pelo período de 1 (um) ano, com a Administração Pública Federal, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992.

7.10. A recorrente argumenta que houve aplicação de sanção menos severa (inidoneidade por três meses), em caso que alega ser mais grave, no Acórdão 1.155/2022 – Plenário.

7.11. No entanto, vale destacar que cada situação é analisada individualmente, considerando suas particularidades e circunstâncias atenuantes e agravantes. Ademais, os julgadores observam o princípio do livre convencimento motivado, decidindo sobre o caso concreto conforme seu entendimento, dentro dos limites estabelecidos pela legislação, ou seja, observando-se o limite legal de cinco anos para a aplicação da declaração de inidoneidade.

7.12. Por ser matéria concernente ao juízo de convicção dos julgadores, descabe a esta unidade técnica imiscuir-se no prazo da sanção, devendo-se limitar à avaliação de sua legalidade.

7.13. Nesse sentido, observa-se que a fixação de prazo de um ano à declaração de inidoneidade encontra-se dentro do limite autorizado pelo art. 46 da Lei 8.443/1992.

7.14. Não houve, portanto, ilegalidade nem, por via de consequência, desproporcionalidade na aplicação da sanção de inidoneidade, salvo novo juízo sobre a questão por parte do relator do recurso.

7.15. Ante o exposto, rejeita-se o argumento apresentado e conclui-se pela negativa de provimento ao pedido de reexame interposto.

## CONCLUSÃO

8. Do exame, é possível concluir que:

a) não ocorreu a prescrição para o exercício da pretensão punitiva à luz da Resolução TCU 344/2022;

b) restou comprovada a ocorrência de fraude por meio da apresentação, pela recorrente, de declaração contendo informação falsa;

c) não houve ilegalidade nem, por via de consequência, desproporcionalidade na aplicação da sanção de inidoneidade, salvo novo juízo sobre a questão por parte do relator do recurso.

## PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

9. Ante o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo-se, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992:

a) conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento;

informar à recorrente e demais interessados do acórdão a ser proferido, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico [www.tcu.gov.br/acordaos](http://www.tcu.gov.br/acordaos).”

É o relatório.